

Índios na cidade e os desafios da pesquisa etnográfica

Evaldo Mendes da Silva
Universidade Federal de Alagoas
Instituto de Ciências Sociais
Maceió – Alagoas – BRASIL
evaldomendes@uol.com.br

Introdução

A Antropologia é reconhecida pelo senso comum e, até mesmo no meio acadêmico, como a ciência que estuda grupos exóticos, geograficamente distantes e socialmente marginalizados. Essas idéias, ainda muito arraigadas, estão relacionadas aos primórdios da disciplina no final do século XIX, quando a Antropologia definia o seu lugar no estudo do homem como a “ciência dos povos primitivos” (Copain, 1971). O exotismo como objeto central da Antropologia produziu uma forma de conhecimento específica que demandou o desenvolvimento de métodos e técnicas singulares. O objetivo destes métodos, que passamos a chamar de “métodos etnográficos”, era o de transpor a distância física e cultural que separavam o observador e os observados. Neste aspecto, a observação participante, o aprendizado das línguas nativas, os diários de campo, os diagramas de parentesco, os esquemas genealógicos atuavam como ferramentas que tornavam viáveis o projeto epistemológico da antropologia: a transformação do “exótico em familiar” (Velho, 1978, Da Matta, 1978) através da valorização do discurso nativo, da relativização e da particularização das culturas.

No caso da América do Sul, os grupos ameríndios têm ocupado entre nós, antropólogos, o lugar do “exótico” essencial ao exercício da disciplina. Este lugar, como sabemos, está diretamente relacionado ao imaginário social que construímos sobre os grupos indígenas americanos. A distância geográfica e sócio-cultural que separavam “nós” e “eles” fizeram dos ameríndios os nossos “exóticos ideais”: viviam em áreas remotas de montanhas e florestas, falam línguas incompreensíveis e possuem costumes estranhos aos nossos olhos. Durante muitos anos, nós, antropólogos, consideramos a floresta como o *habitat* natural das populações ameríndias. Assim sendo, os grupos que migravam para áreas urbanas ou rurais passavam a ser

classificados como “aculturados”, “extintos” ou “assimilados” (Darci Ribeiro (1977). Fora do seu *habitat* e destituídas do seu *ethos* estas populações não despertavam o interesse dos etnólogos por serem consideradas parte do proletariado urbano.

No entanto, nas últimas décadas, alguns estudiosos brasileiros que se dedicam à pesquisa de grupos ameríndios têm se deparado com um novo campo de investigação: a cidade. E são os próprios índios, nosso objeto de investigação, que estão reorientando o nosso olhar e ampliando nossos horizontes de compreensão sobre esta nova dimensão da vida social ameríndia – nova, para nós, pesquisadores, pois sabemos que o espaço urbano é parte da experiência ameríndia desde que foram fundados os primeiros núcleos urbanos nas Américas. A partir do ano 2000, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) incluiu, pela primeira vez, a categoria de auto-identificação “indígena” no quesito “cor” e “raça” nas pesquisas censitárias. Desde então, os dados do censo têm nos revelado um quadro demográfico surpreendente no que diz respeito à população indígena brasileira. O censo realizado em 2000 registrou um crescimento surpreendente da população indígena total no país: entre 1991 e 2000 houve um aumento de mais de 150%, saltando de 294 mil pessoas, em 1991, para 734 mil pessoas em 2000 (0,4% da população brasileira). Deste total, aproximadamente 383 mil pessoas, ou 36% do total, viviam em áreas urbanas, sendo o restante, 351 mil, em áreas rurais ou em Terras Indígenas (T.I.). No último censo, realizado em 2010, estes números revelam um sensível mudança demográfica, ainda assim, a população indígena residente em áreas urbanas continua sendo expressiva. Das 817 mil pessoas que se auto-identificaram como indígenas, aproximadamente 315 mil pessoas, ou seja, 33% residiam em áreas urbanas. Em áreas com maior desenvolvimento econômico e industrial, como a região sudeste do país, onde estão localizadas as maiores cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, a população indígena urbana alcança aproximadamente 80% do total.

Os estudiosos têm se dividido quanto as análises deste fenômeno demográfico, para alguns a possibilidade da auto-declaração pode ter relacionado ao fato de que muitas pessoas, por se considerarem descendentes, optaram por se auto-declarar indígenas, inflacionando os números destas populações nas cidades. Para outros estudiosos trata-se do fenômeno da “etnogênese”, grupos que estariam recuperando e atualizando suas antigas filiações, assumindo publicamente suas identidades étnicas e reivindicando politicamente seus direitos sociais (Albuquerque, 2007; Arruti). De qualquer modo, o que pretendo focar aqui é o espaço urbano como um novo campo

investigação do etnólogo e os desafios que esse novo cenário de pesquisa nos apresenta em termos da aplicação prática do método etnográfico.

A cidade e as aldeias

De acordo com o IBGE (2010), a região Nordeste do Brasil é a que apresenta os maiores índices de população indígena urbana: 33,7%. Embora possamos levantar diversos fatores históricos e sociais que poderiam explicar essa situação, o fato é que a região Nordeste, a primeira a ser conquistada e colonizada pelos portugueses a partir do século XVI é, ainda hoje, a maior produtora de cana-de-açúcar cultivada em grandes propriedades rurais. A concentração de terras em grandes latifúndios, os conflitos agrários entre índios, fazendeiros e posseiros e as dificuldades de subsistência das famílias são algumas das principais causas da migração das populações indígenas para as cidades. Neste contexto regional, o Estado de Alagoas é o estado brasileiro com os piores índices de desenvolvimento sócio-econômico e com mais altas taxas de concentração de terras. Atualmente, são reconhecidas 12 diferentes etnias indígenas no estado, sendo que apenas três possuem terras demarcadas pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), todas as demais estão em processo de demarcação e vivem em permanente situação de conflito e miserabilidade.

Os aldeamentos indígenas são muito próximos das áreas urbanas de modo que a população se desloca diariamente à pé, de ônibus ou de motocicleta em direção às cidades mais próximas. Vão à cidade para trabalhar, estudar, fazer uma consulta médica, fazer comprar, passear ou visitar seus parentes. A Terra Indígena Kariri-Xocó, a 170 Km capital, Maceió, é separada da cidade de Porto Real do Colégio por apenas uma rua. Com uma população de mais de 2 mil pessoas e sem espaço para abrigar a todos, algumas famílias ocupam uma rua na cidade, conhecida como “Rua dos Índios”. Situação semelhante vive os índios Xukuru-Kariri, de Palmeira dos Índios, que reivindicam terras que foram invadidas por fazendeiros e que hoje são parte da área urbana da cidade. Os índios da Terra Indígena Wassu-Cocal, localizada a 70 km de Maceió, se deslocam diariamente em direção à cidade pela BR 101, que corta ao meio a área indígena. Os grupos indígenas do sertão alagoano, como Kalankó, Karuazu, Kuiupanká, Katukin, Jeripankó, Akonã, Karapotó e Tingui-Botó vivem em áreas distantes da capital, próximos a pequenas cidades que sofrem com a estiagem prolongada, a falta de escolas e postos de saúde.

Maceió, a capital de Alagoas, possui pouco mais de 1 milhão de habitantes. De acordo com o último censo do IBGE (2010), possui uma população indígena urbana de 2.420 pessoas. No interior as maiores proporções são encontradas em pequenas cidades, como Pariconha (Alto Sertão) com 35,8%, Porto Real do Colégio (Baixo São Francisco) com 9,3%, Joaquim Gomes (Zona da Mata) com 6,3% e Palmeira dos Índios (Agreste) com 2,4%.

Em Maceió a população indígena vive nos bairros da periferia da cidade, em áreas conhecidas como “grotas” ou favelas, nos bairros de Benedito Bentes e Jacintinho. Como possuem baixa escolaridade, ocupam postos de trabalho que exigem pouca qualificação profissional, como pedreiro, pintor de paredes, vendedor ambulante, catador de material reciclável e empregada doméstica. Boa parte das famílias pesquisadas é constituída por membros da família nuclear mais os agregados, isto é, cunhados (as), primos (as), sogros (as), tios (as). São pessoas que, ao migrar para a cidade buscam, inicialmente, o abrigo da casa de parentes próximos até que possam conseguir um trabalho e alugar sua própria casa. Por abrigarem famílias numerosas em casas pequenas, é muito comum que alguns espaços, como salas e quartos, também sejam usados como dormitório ou que um mesmo quarto seja ocupado por diversos moradores. Como não existem creches ou pré-escolas próximas, os bebês e as crianças ficam aos cuidados de uma pessoa da família, em geral, mulheres.

A trajetória de vida dos moradores é bastante heterogênea, marcada por períodos alternados de residência em Maceió e em outras cidades do Brasil, em áreas rurais e nas terras indígenas. Há pessoas que vivem na cidade a poucos anos, enquanto outras afirmaram viver a dez, vinte anos ou mais anos. De qualquer modo, os moradores mantêm contatos frequentes com seus parentes que vivem nas Terras Indígenas através de visitas aos fins de semana, nos feriados, nas férias escolares ou para participar de eventos familiares ou da comunidade, como casamentos, jogos de futebol, funerais, festas e rituais religiosos. Para os moradores, a cidade não é vista como um lugar de permanência ou fixação, ao contrário, todos os moradores ouvidos disseram-me que desejam, em curto ou médio prazo, regressarem aos seus aldeamentos. Argumentam que vieram para a cidade em busca de emprego, estudos e melhores condições de vida para suas famílias. A cidade é considerada um lugar perigoso e os “brancos”, como são chamados os moradores não-índios, são tidos como más influências, principalmente para as crianças e os jovens. Alguns pais com quem pude conversar se mostraram

preocupados com seus filhos por que, segundo eles, alguns brancos, principalmente os jovens são usuários de drogas, consomem bebidas alcoólicas em excesso, são sexualmente promíscuos, não gostam de trabalhar ou estudar, são violentos, ladrões e arrombadores de casas.

A pesquisa etnográfica na cidade

Para a realização desta pesquisa enfrentei alguns desafios que puseram à prova diversos procedimentos teóricos e metodológicos da pesquisa etnológica convencional. Como etnólogo, tenho experiência de pesquisa em aldeamentos indígenas e a pesquisa com índios na cidade surgiu como um desdobramento de questões surgidas em campo. Tanto em minhas pesquisas com os índios Guarani, para a minha tese de doutorado, como as pesquisas que desenvolvo agora com os índios em Alagoas, a cidade se apresenta como um espaço físico e social importante para a compreensão de diversas dimensões da vida social destes grupos.

A pesquisa de índios na cidade me fez rever diversos procedimentos da pesquisa. Em primeiro lugar, diferentemente dos aldeamentos, a população indígena urbana vive espalhada em diferentes bairros da cidade. Localizar e identificar as famílias foi um dos maiores desafios da pesquisa. Nesse sentido, os moradores das aldeias foram meus maiores colaboradores ao me indicarem nomes, os endereços, telefones e até página do facebook de seus parentes na cidade. Foi através destas novas (para mim) ferramentas de pesquisa que pude contatar meus primeiros interlocutores.

O segundo desafio diz respeito a uma das técnicas de pesquisa etnográficas mais valorizadas pelos antropólogos: a observação participante. Como etnólogo que pesquisava em aldeias eu estava habituado a determinadas práticas que, ao pesquisar na cidade, tive muita dificuldade para executar. Nas pesquisas que empreendi nos aldeamentos sempre pude andar livremente, conversar com as pessoas, entrar em suas casas, compartilhar comida e bebida em suas mesas, cantar e dançar em seus rituais. No entanto, a pesquisa na cidade me apresentou dificuldades que, talvez para um antropólogo urbano fosse considerada apenas “ossos do ofício”. Encontrar o endereço dos pesquisados na periferia da cidade foi uma tarefa complicada. Em muitos casos as ruas não tinham nomes, apenas números: Rua 3, Rua 7...E os números das casas nem sempre estavam na ordem número que eu esperava encontrar. Nesse sentido, contar com a ajuda da vizinhança foi uma estratégia eficaz já que os vizinhos todos se conhecem.

Embora eu não tenha sido abordado em nenhum momento por traficantes ou pela polícia, meus interlocutores a todo instante me alertavam para tomar cuidado ao andar sozinho pelas ruas. O problema, diziam-me, é que eu poderia ser confundido por traficantes como um usuário em busca de drogas, um integrante de uma facção inimiga ou como um informante da polícia. Por precaução, optei por andar pelo bairro sempre acompanhado por um ou mais de um morador.

A observação do cotidiano das famílias no bairro teve que ser adaptada às suas condições de vida diária dos moradores. Boa parte das casas permanece fechada durante o dia enquanto os seus membros estão trabalhando fora. Com exceção das crianças, dos idosos e dos deficientes, todos demais membros das famílias mantêm alguma atividade produtiva fora de suas casas. Por essa razão, muitas observações foram realizadas aos sábados à tarde ou aos domingos, quando todos os membros das famílias estavam em casa e poderiam me receber. Como dito acima, o fato de termos mantido contatos prévios por telefone, Whatsapp ou Facebook tornou fácil a minha recepção entre as famílias. Ainda assim, em diversas ocasiões fui interpelado sobre as minhas reais intenções de pesquisa e sobre meu trabalho como antropólogo. Mais de uma vez ouvi pessoas perguntando-me se eu poderia ajudá-las a resolver questões pessoais, como a compra ou a regularização dos terrenos onde vivem, pendências na justiça trabalhista, marcação de consultas médicas, cirurgias ou remédios no sistema público de saúde, entre outras demandas.

Sobre a questão da auto-identificação étnica indígena na cidade, os moradores afirmaram não sofrerem discriminação ostensiva da vizinha argumentando que boa parte dos moradores é indígena ou constituem famílias multiétnicas, com membros indígenas e brancos. Alguns moradores disseram-me que, em certas situações, como quando estão entre colegas de trabalho, na escola ou em espaço de lazer entre amigos, a revelação de que são indígenas, às vezes, causa risos ou dúvidas nos interlocutores não-índios. O fato de viverem na cidade, falarem o português como língua única e as características fenotípicas dos índios do nordeste brasileiro que são indistinguíveis da população regional, são fatores que sustentam as dúvidas dos moradores não-índios.

A cidade e a aldeia: espaços de impermanência

De modo geral, os estudos sobre populações indígenas urbanas no Brasil tendem a considerar esta questão sob dois planos: os “índios *na* cidade”, no qual se quer enfatizar a cidade como um espaço de reordenamento sócio-cultural e territorial das populações indígenas e, “índios *da* cidade” na qual a cidade se apresenta como um espaço de incompatível e ameaçador ao modo de vida indígena. A pesquisa, no entanto, demonstrou que para a população indígena que vive entre a aldeia e a cidade se deslocando de um lado a outro sem se fixar por muito tempo num mesmo lugar. A busca por emprego pode levar uma família a migrar para a cidade e o desemprego e as dificuldades de sobrevivência na cidade pode motivar o retorno de outra família a ao seu aldeamento onde encontrarão o apoio e a solidariedade de seus parentes mais próximos. O nascimento de um filho, um casamento desfeito, um grande amor, uma morte ou doença, a saudade, a falta de dinheiro, brigas familiares e outras tantas outras circunstâncias da vida cotidiana estão diretamente relacionadas à decisão de migrar para a cidade ou retornar ao aldeamento. Embora a cidade seja vista como “lugar dos brancos”, a vida na cidade não é vista como uma ruptura definitiva com a comunidade aldeã. Neste aspecto, a pesquisa etnográfica precisa captar as dinâmicas sócio-espaciais das populações indígenas ao invés de centrar seu foco apenas na dimensão da vida coletiva nas aldeias. Como vimos acima, os dados dos censos populacionais deixam evidente que boa parte das populações indígenas brasileiras vivem ou se relacionam de formas particulares com o espaço urbano de tal modo que precisamos desenvolver suportes teóricos e metodológicos que possam compreender esta complexidade.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Marcos A. S. Mobilização étnica na cidade de São Paulo: o caso dos índios Pankararu. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 73-101, jul./dez, 2007.

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. O regime imagético Pankararu: tradução intercultural na cidade de São Paulo. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

ARRUTI, José M. A. Etnogêneses indígenas. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Org.). Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 50-54.

AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). Demografia dos povos indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ e Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005.

BACKES, José Licínio; NASCIMENTO, Adir Casaro. Aprender a ouvir as vozes dos que vivem nas fronteiras étnico-culturais e da exclusão: um exercício cotidiano e descolonial. Série-Estudos, Campo Grande, UCDB, v. 31, p. 25-34, 2011.

BAINES, Stephen. Grant. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. Brasil Indígena, Fundação Nacional do Índio, v. 7, p. 15-17, 01 dez. 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classe. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2013.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. A cidade como local de afirmação dos direitos indígenas. São Paulo/SP: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013.

COPANS, Jean. L' Anthropologie: science des sociétés primitives? . Éditions E.P.,1971.

DA MATTA, O ofício do etnólogo, ou como ter “antropological blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira. A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 23-35.

IBGE. Os indígenas no Censo Demográfico 2001. Brasília, 2010.

IBGE. Os indígenas no Censo Demográfico 2010. Brasília, 2010.

LUCIANO, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MELO, Juliana. Identidades fluidas: ser e perceber-se como Baré (Aruak) na Manaus Contemporânea. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2009.

NAKASHIMA, Edson Yukio. Reatando as pontas da rama: a inserção dos alunos da etnia indígena Pankararu em uma escola pública na cidade de São Paulo. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Tomas Paoliello Pacheco de. Dinâmicas recentes da população indígena no Nordeste brasileiro. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Transformações na população brasileira: complexidades, incertezas e perspectivas, Águas de Lindoia, São Paulo, 2012.

PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins; SANTOS, Ricardo Ventura; AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. Perfil demográfico socioeconômico das pessoas que se autodeclaram indígenas nos censos demográficos do IBGE - 1991-2000. In: PAGLIARO, Heloísa;

RIBEIRO, D. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis, Vozes, 1977.

SANTOS, Ricardo Ventura; TEIXEIRA, Pery. O “indígena” que emerge do Censo Demográfico de 2010. Cad. Saúde Pública, v. 27, n. 6, p. 1048-1049, 2011.

SILVA, Evaldo Mendes da. Folhas ao vento: a micromobilidade de grupos Mbya e Nhandéva (Guarani) na Tríplice Fronteira. Cascavel, Edunioeste, 2010.

SOBRINHO, Maria de Lourdes Elias. Alfabetização na língua terena: uma construção de sentido e significado da identidade terena da aldeia Cachoerinha, Miranda, Mato Grosso do Sul. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 36-46.